

# Carta Aberta

Open Letter | Carta Abierta



## **Transição Energética Justa e Popular: A presidência brasileira na COP 30 e a necessidade de liderar pelo exemplo**

*LEIA EM PORTUGUÊS – página 8*

Just and Popular Energy Transition: The Brazilian Presidency at COP 30 and the Need to Lead by Example

*READ IN ENGLISH – page 15*

Transición energética justa y popular: la presidencia brasileña en la COP 30 y la necesidad de liderar con el ejemplo

*LEEA EN ESPAÑOL – hoja 22*

# Destinatários | Recipients | Destinatarios

---

**Márcio Costa Macêdo**, Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República, Minister of State of the General Secretariat of the Presidency of the Republic, Ministro de Estado de la Secretaría General de la Presidencia de la República (SG/PR);

**Marina Silva**, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Minister of State for the Environment and Climate Change, Ministra de Estado de Medio Ambiente y Cambio Climático (MMA);

**Mauro Vieira**, Ministro de Estado de Relações Exteriores, Minister of State for Foreign Affairs, Ministro de Estado de Asuntos Exteriores (MRE);

**Fernando Haddad**, Ministro de Estado da Fazenda, Minister of Finance, Ministro de Hacienda (MF);

**Alexandre Silveira**, Ministro de Estado de Minas e Energia (MME), Minister of State for Mines and Energy, Ministro de Estado de Minas y Energía;

**André Corrêa do Lago**, Presidente da COP 30/MRE, President of COP 30, Presidente de la COP 30;

**Kelli Cristine de Oliveira Mafort**, Secretária Executiva (SG/PR), Executive Secretary, Secretaria Ejecutiva.

**Ana Toni**, Secretária Nacional de Mudança do Clima / MMA e Secretária Executiva da COP 30, Executive Secretary for COP 30, Secretaria Ejecutiva de la COP 30;

**Livia Oliveira Sobota**, Secretária de Integridade Pública (SIP), Controladoria Geral da União (CGU), Secretary of Public Integrity (SIP), Comptroller General of the Union, Secretaria de Integridad Pública, Contraloría General de la Unión (CGU).

---

## **Assinam esta carta:**

### **Redes / Coletivos / Movimentos**

1. GT Infraestrutura e Justiça Socioambiental
2. GT Clima e Energia / Observatório do Clima
3. Coalizão Energia Limpa
4. Coletivo Nordeste Potência
5. Comitê de Energia Renovável do Semi-Árido (CERSA)
6. Rede de Trabalho Amazônico - GTA
7. Frente por uma Nova Política Energética - FNPE
8. Articulação Antinuclear Brasileira
9. Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)
10. Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental - FMCJS
11. Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais - FBOMS
12. Rede Brasileira de Justiça Ambiental - RBJA
13. Comitê de Defesa da Vida Amazônica na bacia do Rio Madeira-COMVIDA
14. Coletivo Ativista
15. Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas - FONASC
16. Teia Carta da Terra Brasil
17. Rede Convergência pelo Clima - Bahia
18. Coalizão pelos Rios
19. Coletivo Ativista
20. Mulheres Unidas Com o Brasil - MUCB
21. Rede Mata Atlântica
22. Rede Pantanal
23. Rede Pampa
24. Rede Ambiental do Piauí
25. Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)

## **Signatories of this Letter**

### **Networks / Collectives / Movements**

1. Working Group on Infrastructure and Socio-Environmental Justice (GT Infra)
2. GT Climate and Energy / Climate Observatory
3. Clean Energy Coalition
4. Northeast Power Collective
5. Semi-Arid Renewable Energy Committee (CERSA)
6. Amazon Working Group - GTA
7. Front for a New Energy Policy - FNPE
8. Brazilian Antinuclear Articulation
9. Coordination of Indigenous Organizations of the Brazilian Amazon (COIAB)
10. Climate Change and Socio-Environmental Justice Forum - FMCJS
11. Brazilian Forum of NGOs and Social Movements - FBOMS
12. Brazilian Network for Environmental Justice - RBJA
13. Committee for the Defense of Amazonian Life in the Madeira River Basin - COMVIDA
14. Activist Collective
15. National Forum of Civil Society in River Basin Committees - FONASC
16. Earth Charter Brazil Web
17. Climate Convergence Network - Bahia
18. Coalition for Rivers
19. Activist Collective
20. Women United with Brazil - MUCB
21. Atlantic Forest Network
22. Pantanal Network
23. Pampa Network
24. Piauí Environmental Network
26. Brazilian Women's Network (AMB)

## **Civil Society Organizations**

1. 350.org Brazi
2. Terrazul Alternative Associatio
3. Minas Gerais Environmental Protection Association – Amd
4. Paulo Jackson Movement Association – Ethics, Justice, Citizenshi
5. Women in Communication Association – AM
6. ASIBAMA-RS
7. Center for Environmental Studies – RS
8. Palmares Center for Studies and Advice on Rights
9. ClimalInfo
10. Conectas Human Rights
11. Pastoral Council of Fishermen and Fisherwomen
12. ECOA – Ecology and Action
13. FASE – Solidarity and Education
14. Cristalino Ecological Foundation – FEC
15. Esquel Group Foundation Brazil – FGEB
16. Greenpeace Brazil
17. Bahia Environmental Group – GAMBÁ
18. Study Group on Education and Environment – GEEMA
19. Gender and Water Study and Research Group – GENÁGUA
20. Institute of Energy and Environment – IEMA
21. Institute of Socioeconomic Studies – INESC
22. Living Forest Institute
23. Madeira Vivo Institute – IMV
24. Socio-Environmental Institute – ISA
25. Zé Claudio and Maria Institute
26. International Rivers
27. Environmental Policy and Justice Research Laboratory – LAPAJ
28. Health and Joy Project
29. SOS Chapada dos Veadeiros
30. Transparency International – Brazil

## **Firma esta carta:**

### **Redes / Colectivos / Movimientos**

1. Grupo de Trabajo de Infraestructura y Justicia Socioambiental
2. GT Clima y Energía / Observatorio del Clima
3. Coalición de Energía Limpia
4. Colectivo de Poder del Noreste
5. Comité de Energías Renovables Semiáridas (CERSA)
6. Red Grupo de Trabajo Amazónico - GTA
7. Frente para una Nueva Política Energética - FNPE
8. Articulación Antinuclear Brasileña
9. Coordinación de Organizaciones Indígenas de la Amazonía Brasileña (COIAB)
10. Foro de Cambio Climático y Justicia Socioambiental - FMCJS
11. Foro Brasileño de ONG y Movimientos Sociales - FBOMS
12. Red Brasileña de Justicia Ambiental - RBJA
13. Comité de Defensa de la Vida Amazónica en la Cuenca del Río Madeira - COMVIDA
14. Colectivo Activista
15. Foro Nacional de la Sociedad Civil en Comités de Cuencas Hidrográficas - FONASC
16. Carta de la Tierra Brasil Web
17. Red de Convergencia Climática - Bahía
18. Coalición por los Ríos
19. Colectivo Activista
20. Mujeres Unidas con Brasil - MUCB
21. Red del Bosque Atlántico
22. Red del Pantanal
23. Red Pampa
24. Red Ambiental de Piauí
25. Articulación de Mujeres Brasileñas (AMB)

## Entidades de la sociedad civil

1. 350.org Brasil
2. Asociación Alternativa Terrazul
3. Asociación de Protección Ambiental de Minas Gerais - Amda
4. Asociación del Movimiento Paulo Jackson - Ética, Justicia y Ciudadanía
5. Asociación de Mujeres en la Comunicación - AMC
6. ASIBAMA-RS
7. Centro de Estudios Ambientales - RS
8. Centro Palmares de Estudios y Asesoría en Derechos
9. Información climática
10. Conectas Derechos Humanos
11. Consejo Pastoral de Pescadores y Pescadoras
12. ECOA - Ecología y Acción
13. FASE - Solidaridad y Educación
14. Fundación Ecológica Cristalino - FEC
15. Fundación Grupo Esquel Brasil - FGEB
16. Greenpeace Brasil
17. Grupo Ambiental de Bahía - GAMBÁ
18. Grupo de Estudio sobre Educación y Medio Ambiente - GEEMA
19. Grupo de Estudio e Investigación sobre Género y Agua - GENÁGUA
20. Instituto de Energía y Medio Ambiente - IEMA
21. Instituto de Estudios Socioeconómicos - INESC
22. Instituto del Bosque Vivo
23. Instituto Madeira Vivo - IMV
24. Instituto Socioambiental - ISA
25. Instituto Zé Claudio y María
26. Ríos internacionales
27. Laboratorio de Investigación en Política y Justicia Ambiental - LAPAJ
28. Proyecto Salud y Alegría
29. SOS Chapada dos Veadeiros
30. Transparencia Internacional - Brasil

## VERSÃO EM PORTUGUÊS

### **Prezados senhores, prezadas senhoras,**

Sem dúvida, a realização da COP 30 em Belém do Pará, sob a presidência do Brasil, representa uma oportunidade histórica para o país liderar os esforços internacionais de enfrentamento da emergência climática global num momento crítico para o multilateralismo, a democracia e o planeta.

Parabenizamos a iniciativa do Governo Brasileiro, na presidência da COP 30, de incluir o tema “Transição Energética Justa” (TEJ) entre as prioridades estratégicas a serem abordadas na conferência em Belém. Nesse sentido, apresentamos as seguintes considerações para subsidiar a atuação do país na presidência da COP 30, na busca de soluções efetivas para uma transição energética com justiça e inclusão social, sustentabilidade ambiental e participação popular, tendo em vista os desafios climáticos globais e a necessidade do Brasil liderar pelo bom exemplo.

### **1) Abordagem do tema ‘Transição Energética Justa’ pela presidência brasileira na COP 30**

Como proposta a ser abordada na mesa de negociações da COP 30, sugerimos que o Brasil proponha que todos os países assumam o compromisso de elaborar *Planos de Transição Energética Justa*, de forma articulada às suas respectivas NDCs (contribuições nacionalmente determinadas), seguindo os seguintes princípios e diretrizes básicas:

a) *Adoção de metodologias transparentes e participativas de construção e implementação de planos de transição energética em suas várias etapas*, garantindo um forte engajamento da sociedade civil, incluindo povos indígenas e demais populações tradicionais, movimentos sociais movimentos sociais e a comunidade científica, com atenção para

questões de gênero, diversidade cultural e idade, como meio para garantir soluções robustas e criativas, adaptadas a realidades distintas nos diferentes territórios, respeitando os direitos de populações locais. É preciso reconhecer que uma *forte governança com boas práticas de transparência e participação da sociedade civil* é essencial para a construção de planos robustos de transição energética justa, que não fiquem presos a interesses imediatistas de 'lobbies', evitando assim a proliferação de *falsas soluções* que impeçam a necessária ação climática.

b) *Abordagens holísticas que considerem necessidades de transformação de padrões insustentáveis de produção e consumo*, colocando os direitos humanos no centro dos planos de transição energética. Nesse sentido, os planos de transição energética devem se articular com políticas, planos e programas relacionados a temas afins: mudanças climáticas, biodiversidade, direitos socioambientais e trabalhistas, e gestão das águas, à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

c) *A ambição na redução de emissões*: Os planos de transição energética justa devem se compatibilizar com a ambição esperada no regime multilateral de mudanças do clima para neutralização das emissões antrópicas de gases de efeito estufa em prazo compatível que não crie riscos para as seguranças alimentar, hídrica, e de vitalidade dos ecossistemas, conforme determina o objetivo da Convenção Quadro da ONU de mudanças do clima [1].

d) *Metas e estratégias concretas para a substituição progressiva dos combustíveis fósseis*, conforme acordado na COP 28 em Dubai, considerando as realidades específicas de diferentes regiões e países, onde os mais ricos que mais têm contribuído historicamente para

---

[1] No caso brasileiro, cabe ressaltar que o artigo 11 da Lei 12.187/2009, da Política Nacional de Mudanças do Clima estabelece que "os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos das políticas públicas e programas governamentais deverão compatibilizar-se com os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos desta Política Nacional sobre Mudança do Clima".

emissões globais assumem responsabilidades adicionais e a necessidade de apoio financeiro para países mais pobres, que mais têm sofrido com as mudanças climáticas. Assim, não deve haver o fomento para novos projetos de exploração de petróleo e gás, especialmente em áreas de elevada sensibilidade socioambiental.

e) *Democratização do acesso e da geração de energia entre populações urbanas e rurais*, priorizando iniciativas de tetos solares em áreas urbanas através da geração descentralizada de energia renovável a partir das fontes solar fotovoltaica e biomassa entre comunidades rurais, trazendo benefícios sociais e econômicos, inclusive na viabilização de cadeias produtivas pautadas na conservação da biodiversidade, com geração de renda e emprego.

f) *Garantia dos direitos de povos indígenas e outras comunidades tradicionais*, no que se refere à autonomia sobre seus territórios – inclusive decisões sobre zonas de exclusão – respeitando o direito à consulta e consentimento livre, prévio e informado, inclusive os protocolos autônomos de consulta de organizações comunitárias.

g) *No caso da ampliação da geração renovável centralizada, a adoção de salvaguardas efetivas com análise prévia de impactos e riscos socioambientais de diferentes fontes (eólica, solar, hidrogênio verde, hidrelétricas, etc.)*, com a devida diligência para garantir o respeito pelos direitos de comunidades locais, inclusive o à consulta livre, prévia e informada. Nesse sentido, é preciso evitar falsas soluções, como grandes hidrelétricas nos trópicos, marcadas pelo desrespeito aos direitos de comunidades locais e impactos negativos sobre a biodiversidade, integridade de ecossistemas, emissões de gases de efeito estufa e resiliência climática, inclusive entre rios fronteiriços e transfronteiriços.

h) *Desenvolvimento de salvaguardas específicas no caso da utilização de minerais 'estratégicos' como lítio, grafite, cobalto e níquel em planos de transição energética, objetivando a proteção ambiental e o respeito pelos territórios e direitos de comunidades locais, inclusive o direito à consulta livre, prévia e informada [2].*

i) *Desenvolvimento e ampliação de programas de conservação de energia e eficiência energética nos setores industrial, comercial e residencial, de forma articulada a iniciativas voltadas para a mudança de costumes que geram desperdício, inovação tecnológica, inclusão social e competitividade econômica.*

j) *Mecanismos inovadores de financiamento de planos de transição energética, a exemplo da taxaço de indústrias intensivas em utilização de combustíveis fósseis e emissoras de gases de efeito estufa, evitando pressupostos equivocados de que os planos de transição só podem ser implementados através de investimentos adicionais em combustíveis fósseis.*

k) *Reformas entre instrumentos econômicos, criando um marco robusto de incentivos fiscais e creditícios para a adoção de melhores práticas com devida diligência, assim como a remoção de incentivos perversos, a exemplo de subsídios à expansão da exploração de combustíveis fósseis.*

l) *Engajamento de instituições financeiras públicas multilaterais, incluindo assistência técnica baseada em subvenções (grants) com especial atenção ao planejamento a montante (upstream planning), de forma articulada à construção*

---

[2] Considerando os enormes riscos socioambientais envolvidos, entendemos que a energia nuclear não deve ser uma opção nos planos de transição energética, devendo ser consideradas outras alternativas de política energética que respeitem os direitos socioambientais e descarbonizem a matriz energética, especialmente pelo fomento às energias renováveis, sempre respeitando as territorialidades de comunidades locais.

e implementação de planos de transição energética justa e popular, pautados em processos participativos, conforme assinalado no item “a”.

m) *Estabelecimento de metas e cronogramas nos planos de transição energética*, alinhados às NDCs e ao Acordo de Paris – com estratégias efetivas para alcançá-los.

## **2) Transição Energética Justa: A necessidade de liderar pelo exemplo**

A liderança do Brasil sobre o tema “Transição Energética Justa”, inclusive na COP 30, passa necessariamente pela capacidade do país de liderar pelo bom exemplo. Nesse sentido, foi um passo importante a instituição em agosto de 2024 da *Política Nacional de Transição Energética – PONTE*, contemplando a elaboração do *Plano Nacional de Transição Energética – PLANTE* e a instituição do *Fórum Nacional de Transição Energética – FONTE*, como espaço consultivo com participação de organizações da sociedade brasileira [3]. É importante ressaltar que a Transição Energética Justa constitui um dos seis eixos temáticos do Plano de Transformação Ecológica, liderado pelo Ministério da Fazenda.

Entretanto, passado um ano de seu lançamento, pouco se avançou na construção do Plano Nacional de Transição Energética – PLANTE e na efetivação do Fórum Nacional de Transição Energética – Fonte, faltando resultados concretos para serem apresentados na COP30 [4].

Entre as poucas informações disponíveis, verifica-se a ausência de um processo efetivamente transparente e participativo de construção do PLANTE ao longo de suas várias etapas.

---

[3] Resolução no. 05 de 26/08/2025 do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, respaldada por Despacho do Presidente da República. <<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/conselhos-e-comites/cnpe/resolucoes-do-cnpe/2024/RESOL5IN.PDF>>.

[4] “A transição energética brasileira não vai à COP30” ClimaInfo, 27/08/2025h, <<https://climainfo.org.br/2025/08/27/a-transicao-energetica-brasileira-nao-vai-a-cop30/>>.

De fato, há indícios que o plano será elaborado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e órgãos vinculados de forma unilateral, utilizando metodologias preexistentes, e que somente após consulta a alguns ministérios, uma versão quase-final será apresentada ao FONTE [5]. Esta tendência, se mantida, será um péssimo exemplo de transparência e participação da sociedade civil na elaboração de planos de transição energética.

Enquanto o Plano Nacional de Transição Energética anda a passos lentos, seguem pela contramão os anúncios do Ministério de Minas e Energia sobre iniciativas que carecem de respaldo de um planejamento estratégico do setor energético, com transparência e participação social, como: a) investimentos vultosos na exploração de petróleo na margem equatorial [6], b) promessas de mais investimentos na decadente indústria nuclear para expandir atividades atômicas no país, inclusive caríssimos reatores de pequeno porte para instalar na Amazônia [7], e c) a construção de nova grande hidrelétrica na região amazônica, na fronteira do Estado de Rondônia com Bolívia [8], desconsiderando lições de casos como as UHEs Santo Antônio, Jirau e Belo Monte sobre riscos socioambientais, questões de viabilidade econômica e a necessidade de análise comparativa de alternativas [9].

---

[5] Pedido de acesso à informação: NUP 48003.004332/2025-26 (18/05/2025)

[6] “Plano de energia aposta no atraso da transição energética brasileira”, Um Só Planeta, 20/08/2025, disponível em <https://umsoplaneta.globo.com/opiniao/colunas-e-blogs/gustavo-pinheiro/post/2025/08/plano-de-energia-apostano-atraso-da-transicao-energetica-brasileira.ghtml>>. Veja também: <https://petrobrasqueprecisamos.eco.br/>>. Entendemos que a insistência em avançar com planos de exploração de novos poços de petróleo na Margem Equatorial, em especial na foz do rio Amazonas, vai na contramão do acordo estabelecido na COP 28 sobre a eliminação progressiva de combustíveis fósseis.

[7] Rússia oferece usinas nucleares flutuantes para a Amazônia, Folha de São Paulo, 27/06/2025, <https://pib.socioambiental.org/en/Not%C3%ADcias?id=230626>>.

[8] ‘Silveira diz que discute com Lula a construção de nova grande hidrelétrica como a Itaipu’, O Globo, 22/08/2025, disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/08/22/silveira-diz-que-discute-com-lula-a-construcao-de-novagrande-hidreletrica-como-a-itaipu.ghtml?>>.

[9] Veja: “O impacto das hidrelétricas na Amazônia” Igor Cavallini Johansen et. al, Ciência Hoje, janeiro/fevereiro de 2025, <https://cienciahoje.org.br/artigo/o-impacto-das-hidreletricas-na-amazonia/>>.

Enquanto isso, observamos com alarme que grandes empreendimentos de energia renovável, como complexos eólicos e fotovoltaicos no Nordeste, têm sido implantados com incentivos públicos [10], sem os devidos cuidados com os riscos socioambientais, inclusive de impactos cumulativos e sinérgicos, proteção dos direitos de comunidades locais e análise de alternativas [11]. Trata-se de outro sintoma da ausência de uma política nacional de transição energética construída com transparência e participação social - nos moldes previstos na Parceria de Governo Aberto [12] - colocando os direitos humanos e a sustentabilidade ambiental no centro da tomada de decisões.

Em suma, é fundamental que a primeira reunião do *Fórum Nacional de Transição Energética - Fonte* seja realizada com a maior brevidade possível, garantindo que seja um espaço de participação efetiva de organizações da sociedade civil, inclusive na definição da metodologia de construção do *Plano Nacional de Transição Energética - PLANTE*, na suas várias etapas, e não um mero “avalizador” de decisões já tomadas somente por determinadas instâncias do governo. Considerando o exposto, solicitamos respeitosamente aos senhores e às senhoras que levem em consideração essas preocupações e propostas aqui apresentadas, nos colocando à inteira disposição para somar esforços nesta reta final dos preparativos para a COP 30.

23 de setembro de 2025

---

[10] Veja, por exemplo, “Sudene estimula energia eólica na Bahia com R\$ 8,6 milhões do FDNE”, 22/05/2025, <<https://www.gov.br/sudene/pt-br/assuntos/noticias/sudene-estimula-energia-eolica-na-bahia-com-r-8-6-milhoesdo-fdne>>.

## **ENGLISH VERSION**

### **Open letter** - *Just and Popular Energy Transition: The Brazilian Presidency at COP 30 and the Need to Lead by Example*

**Dear Sirs, Dear Madames,**

Without a doubt, holding COP 30 in Belém do Pará, under the Brazilian presidency, represents a historic opportunity for the country to lead international efforts to confront the global climate emergency at a critical moment for multilateralism, democracy, and the planet.

We congratulate the Brazilian Government, as president of COP 30, on its initiative to include the theme "Just Energy Transition" (TEJ) among the strategic priorities to be addressed at the Belém conference. In this regard, we present the following considerations to support the country's role as president of COP 30 in seeking effective solutions for an energy transition with justice and social inclusion, environmental sustainability, and popular participation, given global climate challenges and the need for Brazil to lead by example.

#### **1) Approach to the theme 'Just Energy Transition' by the Brazilian presidency at COP 30**

As a proposal to be addressed at the COP 30 negotiating table, we suggest that Brazil propose that all countries commit to developing *Just Energy Transition Plans*, in conjunction with their respective NDCs (nationally determined contributions), following the following basic principles and guidelines:

a) *Adoption of transparent and participatory methodologies for developing and implementing energy transition plans in their various stages, ensuring strong engagement with civil society, including indigenous peoples and other traditional populations, social movements, and the scientific community, with attention to issues of gender, cultural diversity, and age, as a means of ensuring robust and creative solutions adapted to distinct realities in different territories, respecting the rights of local populations.*

It is necessary to recognize *that strong governance with good practices of transparency and civil society participation* is essential for building robust plans for a fair energy transition that are not tied to the short-term interests of lobbies, thus avoiding the proliferation of false solutions that impede necessary climate action.

b) *Holistic approaches that consider the need to transform unsustainable production and consumption patterns*, placing human rights at the center of energy transition plans. In this sense, energy transition plans must be aligned with policies, plans, and programs related to related topics: climate change, biodiversity, socio-environmental and labor rights, and water management, in light of the Sustainable Development Goals (SDGs).

c) *Ambition in reducing emissions*: Just energy transition plans must be compatible with the ambition expected in the multilateral climate change regime to neutralize anthropogenic greenhouse gas emissions within a compatible timeframe that does not create risks to food and water security, and the vitality of ecosystems, as determined by the objective of the UN Framework Convention on Climate Change.

d) *Concrete targets and strategies for the progressive replacement of fossil fuels*, as agreed at COP 28 in Dubai, should consider the specific realities of different regions and countries, where the wealthiest countries, which have historically contributed most to global emissions, assume additional responsibilities and the need for financial support for poorer countries, which have suffered most from climate change. Therefore, there should be no support for new oil and gas exploration projects, especially in areas of high socio-environmental sensitivity.

---

[1] In the Brazilian case, it is worth highlighting that article 11 of Law 12.187/2009, the National Policy on Climate Change, establishes that “the principles, objectives, guidelines and instruments of public policies and government programs must be compatible with the principles, objectives, guidelines and instruments of this National Policy on Climate Change”.

e) *Democratization of access and energy generation among urban and rural populations* , prioritizing solar roof initiatives in urban areas through the decentralized generation of renewable energy from solar photovoltaic and biomass sources among rural communities, bringing social and economic benefits, including the viability of production chains based on biodiversity conservation, with generation of income and employment.

f) *Guarantee the rights of indigenous peoples and other traditional communities*, with regard to autonomy over their territories - including decisions on exclusion zones - respecting the right to free, prior and informed consultation and consent, including autonomous consultation protocols of community organizations .

g) *In the case of the expansion of centralized renewable generation, the adoption of effective safeguards with prior analysis of the socio-environmental impacts and risks of different sources (wind, solar, green hydrogen, hydroelectric , etc. )*, with due diligence to ensure respect for the rights of local communities , including the right to free, prior, and informed consultation. In this sense, it is necessary to avoid false solutions, such as large hydroelectric dams in the tropics, which are marked by disrespect for the rights of local communities and have negative impacts on biodiversity, ecosystem integrity, greenhouse gas emissions, and climate resilience . including between border and cross-border rivers .

h) *Development of specific safeguards in the case of the use of 'strategic' minerals such as lithium, graphite, cobalt and nickel in energy transition plans, aiming at environmental protection and respect for the territories and rights of local communities, including the right to free, prior and informed consultation [2].*

---

[2] Considering the enormous socio-environmental risks involved, we understand that nuclear energy should not be an option in energy transition plans. Other energy policy alternatives that respect socio-environmental rights and decarbonize the energy matrix should be considered, especially by promoting renewable energy, always respecting the territorialities of local communities.

i) *Development and expansion of energy conservation and energy efficiency programs in the industrial, commercial and residential sectors* , in conjunction with initiatives aimed at changing habits that generate waste, technological innovation, social inclusion and economic competitiveness.

j) *Innovative mechanisms for financing energy transition plans*, such as taxing fossil fuel-intensive industries that emit greenhouse gases, avoiding mistaken assumptions that transition plans can only be implemented through additional investments in fossil fuels.

k) *Reforms among economic instruments*, creating a robust framework of tax and credit incentives for the adoption of best practices with due diligence , as well as the removal of perverse incentives, such as subsidies for the expansion of fossil fuel exploration .

l) *Engagement of multilateral public financial institutions*, including grant -based technical assistance with special attention to upstream planning , in a manner articulated with the construction and implementation of fair and popular energy transition plans, based on participatory processes, as indicated in item "a".

m) *Establishment of goals and timelines in energy transition plans*, aligned with NDCs and the Paris Agreement - with effective strategies to achieve them.

## **2) Just Energy Transition: The need to lead by example**

Brazil's leadership on the "Just Energy Transition" theme, including at COP 30, necessarily depends on the country's ability to lead by example. In this sense, the establishment of the National Energy Transition Policy (PONTE) in August 2024 was an important step, including the development of the *National Energy*

*Transition Plan (PLANTE)* and the establishment of the *National Energy Transition Forum (FONTE)*, as a consultative space with the participation of organizations from Brazilian society [3]. It is important to highlight that the Just Energy Transition constitutes one of the six thematic axes of the Ecological Transformation Plan, led by the Ministry of Finance.

However, a year after its launch, little progress has been made in the construction of the National Energy Transition Plan – PLANTE and in the implementation of the National Energy Transition Forum – Fonte, lacking concrete results to be presented at COP 30 [4].

Among the limited information available, there is a lack of a truly transparent and participatory process for developing PLANTE throughout its various stages. Indeed, there are indications that the plan will be developed unilaterally by the Ministry of Mines and Energy (MME) and related agencies, using preexisting methodologies, and that only after consultation with some ministries will a near-final version be presented to FONTE [5]. This trend, if maintained, will be a poor example of transparency and civil society participation in the development of energy transition plans.

While the *National Energy Transition Plan* is moving slowly, the Ministry of Mines and Energy's announcements are going against the grain regarding initiatives that lack the support of strategic planning for the energy sector, with transparency and social participation, such as:

---

[3] Resolution No. 05 of August 26, 2025, of the National Council for Energy Policy – CNPE, supported by an Order of the President of the Republic. <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/conselhos-e-comites/cnpe/resolucoes-do-cnpe/2024/RESOL5IN.PDF>

[4] Resolution No. 05 of August 26, 2025, of the National Council for Energy Policy – CNPE, supported by an Order of the President of the Republic. <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/conselhos-e-comites/cnpe/resolucoes-do-cnpe/2024/RESOL5IN.PDF>

[5] "The Brazilian energy transition will not go to COP30" ClimaInfo, 08/27/2025 <https://climainfo.org.br/2025/08/27/a-transicao-energetica-brasileira-nao-vai-a-cop30/>

a) massive investments in oil exploration on the equatorial margin [6], b) promises of more investments in the declining nuclear industry to expand atomic activities in the country, including very expensive small reactors to be installed in the Amazon [7], and c) the construction of a new large hydroelectric plant in the Amazon region, on the border of the State of Rondônia with Bolivia [8], disregarding lessons from cases such as the Santo Antônio, Jirau and Belo Monte hydroelectric plants regarding socio-environmental risks, economic viability issues and the need for comparative analysis of alternatives [9].

Meanwhile, we observe with alarm that large renewable energy projects , such as wind and photovoltaic complexes in the Northeast , have been implemented with public incentives [10], without due consideration of socio-environmental risks, including cumulative and synergistic impacts, protection of the rights of local communities, and analysis of alternatives [11].

---

[6] "Energy plan bets on delay in Brazilian energy transition", Um Só Planeta, 20/08/2025, <https://umsoplaneta.globo.com/opiniao/colunas-e-blogs/gustavo-pinhoiro/post/2025/08/plano-de-energia-aposta-no-atraso-da-transicao-energetica-brasileira.ghtml>. See also: <https://petrobrasqueprecisamos.eco.br/>.

[7] Russia offers floating nuclear power plants for the Amazon, Folha de São Paulo, 06/27/2025, <https://pib.socioambiental.org/en/Not%C3%ADcias?id=230626> [8] "Silveira says he is discussing with Lula the construction of a new large hydroelectric plant like Itaipu", O Globo, 08/22/2025 <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/08/22/silveira-diz-que-discute-com-lula-a-construcao-de-nova-grande-hidreletrica-come-a-itaipu.ghtml?>.

[9] See: "The impact of hydroelectric dams in the Amazon" Igor Cavallini Johansen et. al, Ciência Hoje , January/February 2025, <https://cienciahoje.org.br/artigo/o-impacto-das-hidreletricas-na-amazonia/>

[10] See, for example, "Sudene stimulates wind energy in Bahia with R\$8.6 million from FDNE", 05/22/2025 <https://www.gov.br/sudene/pt-br/assuntos/noticias/sudene-estimula-energia-eolica-na-bahia-com-r-8-6-milhoes-do-fdne>.

[11] Wind Farms, Socio-Environmental Rights and the Role of Financial Institutions: The Case of Chapada do Araripe, Conectas Human Rights, December 2023. <https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2023/12/o-caso-da-chapada-do-araripe-PT-ONLINE-versao-01-1.pdf> For additional information, see: <https://nordestepotencia.org.br>

This is another symptom of the absence of a national energy transition policy built on transparency and social participation –as envisioned in the Open Government Partnership [12] – placing human rights and environmental sustainability at the center of decision-making.

In short, it is essential that the first meeting of the *National Energy Transition Forum - Source* be held as soon as possible, ensuring that it is a space for the effective participation of civil society organizations, including in the definition of the methodology for constructing the *National Energy Transition Plan - PLANTE* , in its various stages, and not a mere “endorser” of decisions already taken only by certain government bodies.

Considering the above, we respectfully request that you take into consideration these concerns and proposals presented here, placing ourselves at your entire disposal to join forces in this final stretch of preparations for COP 30.

September 23, 2025

---

[12] The 2024-2027 Action Plan of the Open Government Partnership, coordinated by the CGU, includes as a priority theme (Commitment 1): Instruments to improve transparency and social participation in public infrastructure policies. <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/6deg-plano-de-acao-brasileiro>.

## VERSIÓN EN ESPAÑOL

**Carta Abierta** - Transición energética justa y popular: la presidencia brasileña en la COP 30 y la necesidad de liderar con el ejemplo

### **Estimados señores, estimadas señoras:**

Sin duda, la realización de la COP 30 en Belém do Pará, bajo la presidencia de Brasil, representa una oportunidad histórica para que el país lidere los esfuerzos internacionales para enfrentar la emergencia climática global en un momento crítico para el multilateralismo, la democracia y el planeta.

Felicitamos al Gobierno brasileño, como presidente de la COP 30, por su iniciativa de incluir el tema "Transición Energética Justa" (TEJ) entre las prioridades estratégicas que se abordarán en la conferencia de Belém. En este sentido, presentamos las siguientes consideraciones para apoyar la labor del país como presidente de la COP 30 en la búsqueda de soluciones efectivas para una transición energética con justicia e inclusión social, sostenibilidad ambiental y participación popular, considerando los desafíos climáticos globales y la necesidad de que Brasil lidere con el ejemplo.

### **1) de la presidencia brasileña al tema 'Transición Energética Justa' en la COP 30**

Como propuesta a ser abordada en la mesa de negociación de la COP 30, sugerimos que Brasil proponga que todos los países se comprometan a desarrollar *Planes de Transición Energética Justa*, en conjunto con sus respectivas NDC (contribuciones determinadas a nivel nacional), siguiendo los siguientes principios y directrices básicos.

a) *Adopción de metodologías transparentes y participativas para el desarrollo e implementación de planes de transición energética en sus diversas etapas, garantizando una sólida colaboración con la sociedad civil, incluidos los pueblos indígenas y otras poblaciones tradicionales, los movimientos sociales y la comunidad científica,*

prestando atención a las cuestiones de género diversidad cultural y edad, como medio para garantizar soluciones sólidas y creativas adaptadas a las distintas realidades de los diferentes territorios, respetando los derechos de las poblaciones locales. Es necesario reconocer que *Una gobernanza fuerte con buenas prácticas de transparencia y participación de la sociedad civil* es esencial para construir planes robustos para una transición energética justa que no estén atados a los intereses cortoplacistas de los lobbies , evitando así la proliferación de falsas soluciones que impiden la acción climática necesaria.

b) *Enfoques holísticos que consideran la necesidad de transformar los patrones de producción y consumo insostenibles*, priorizando los derechos humanos en los planes de transición energética. En este sentido, los planes de transición energética deben estar alineados con las políticas, planes y programas relacionados con temas como el cambio climático, la biodiversidad, los derechos socioambientales y laborales, y la gestión del agua, a la luz de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS).

c) *Ambición en la reducción de emisiones*: Los planes de transición energética justa deben ser compatibles con la ambición esperada en el régimen multilateral de cambio climático de neutralizar las emisiones antropogénicas de gases de efecto invernadero en un plazo compatible que no cree riesgos para la seguridad alimentaria y hídrica y la vitalidad de los ecosistemas, tal como lo determina el objetivo de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático [1].

---

[1] En el caso brasileño, cabe destacar que el artículo 11 de la Ley 12.187/2009, Política Nacional de Cambio Climático, establece que “los principios, objetivos, directrices e instrumentos de las políticas públicas y programas gubernamentales deben ser compatibles con los principios, objetivos, directrices e instrumentos de esta Política Nacional de Cambio Climático”.

d) *Los objetivos y estrategias concretos para la sustitución progresiva de los combustibles fósiles, acordados en la COP 28 en Dubái, deben considerar las realidades específicas de las diferentes regiones y países, donde los países más ricos, que históricamente han contribuido más a las emisiones globales, asumen responsabilidades adicionales y la necesidad de apoyo financiero para los países más pobres, que han sufrido más por el cambio climático. Por lo tanto, no se debe apoyar nuevos proyectos de exploración de petróleo y gas, especialmente en zonas de alta sensibilidad socioambiental.*

e) *Democratización del acceso y generación de energía entre las poblaciones urbanas y rurales, priorizando iniciativas de techos solares en áreas urbanas a través de la generación descentralizada de energía renovable a partir de fuentes solares fotovoltaicas y de biomasa entre las comunidades rurales, trayendo beneficios sociales y económicos, incluyendo la viabilidad de cadenas productivas basadas en la conservación de la biodiversidad, con generación de ingresos y empleo.*

f) *Garantizar los derechos de los pueblos indígenas y otras comunidades tradicionales, respecto a la autonomía sobre sus territorios –incluyendo las decisiones sobre zonas de exclusión– respetando el derecho a la consulta y consentimiento libre, previo e informado, incluyendo protocolos de consulta autónoma de las organizaciones comunitarias.*

g) *En el caso de la expansión de la generación renovable centralizada, La adopción de salvaguardas efectivas con un análisis previo de los impactos y riesgos socioambientales de las diferentes fuentes (eólica, solar, hidrógeno verde, hidroeléctrica, etc.), con la*

debida diligencia para garantizar el respeto de los derechos de las comunidades locales , incluido el derecho a la consulta libre, previa e informada. En este sentido, es necesario evitar falsas soluciones, como las grandes represas hidroeléctricas en los trópicos, que se caracterizan por la falta de respeto a los derechos de las comunidades locales y tienen impactos negativos en la biodiversidad, la integridad de los ecosistemas, las emisiones de gases de efecto invernadero y la resiliencia climática . incluso entre ríos fronterizos y transfronterizos .

*h) Desarrollo de salvaguardias específicas en el caso del uso de minerales “estratégicos” como el litio, el grafito, el cobalto y el níquel en los planes de transición energética, apuntando a la protección del medio ambiente y el respeto de los territorios y los derechos de las comunidades locales, incluido el derecho a la consulta libre, previa e informada [2].*

*i) Desarrollo y expansión de programas de conservación y eficiencia energética en los sectores industrial, comercial y residencial, en conjunto con iniciativas orientadas al cambio de hábitos generadores de residuos, la innovación tecnológica, la inclusión social y la competitividad económica.*

*j) Mecanismos innovadores para financiar planes de transición energética, como impuestos a las industrias intensivas en combustibles fósiles que emiten gases de efecto invernadero , evitando suposiciones erróneas de que los planes de transición solo pueden implementarse mediante inversiones adicionales en combustibles fósiles.*

---

[2] Considerando los enormes riesgos socioambientales que conlleva, entendemos que la energía nuclear no debería ser una opción en los planes de transición energética. Se deben considerar otras alternativas de política energética que respeten los derechos socioambientales y descarbonicen la matriz energética, especialmente mediante la promoción de las energías renovables, respetando siempre la territorialidad de las comunidades locales.

k) *Reformas entre los instrumentos económicos*, creando un marco robusto de incentivos fiscales y crediticios para la adopción de mejores prácticas con la debida diligencia , así como la eliminación de incentivos perversos, como los subsidios para la expansión de la exploración de combustibles fósiles.

l) *Participación de las instituciones financieras públicas multilaterales*, incluyendo asistencia técnica basada en subvenciones con especial atención a la planificación previa , de manera articulada con la construcción e implementación de planes de transición energética justa y popular, basados en procesos participativos, como se indica en el punto "a".

m) *Establecimiento de metas y cronogramas en los planes de transición energética*, alineados con las NDC y el Acuerdo de París - con estrategias efectivas para alcanzarlos.

## **2) Transición energética justa: La Necesitamos predicar con el ejemplo**

El liderazgo de Brasil en el tema de la "Transición Energética Justa", incluyendo la COP 30, depende necesariamente de su capacidad para liderar con el ejemplo. En este sentido, la creación de la *Política Nacional de Transición Energética (PONTE)* en agosto de 2024 fue un paso importante, incluyendo la elaboración del *Plan Nacional de Transición Energética (PLANTE)* y la creación del *Foro Nacional de Transición Energética (FONTE)* como espacio consultivo, con la participación de organizaciones de la sociedad brasileña [3]. Es importante resaltar que la Transición Energética Justa constituye uno de los seis ejes temáticos del Plan de Transformación Ecológica, liderado por el Ministerio de Hacienda.

---

[3] Resolución n.º 05, de 26 de agosto de 2025, del Consejo Nacional de Política Energética (CNPE), respaldada por Orden del Presidente de la República. <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/conselhos-e-comites/cnpe/resolucoes-do-cnpe/2024/RESOL5IN.PDF>

Sin embargo, un año después de su lanzamiento, se ha avanzado poco en la construcción del Plan Nacional de Transición Energética - PLANTE y en la implementación del Foro Nacional de Transición Energética - Fonte, faltando resultados concretos para ser presentados en la COP 30 [4].

Entre la limitada información disponible, se observa la falta de un proceso verdaderamente transparente y participativo para el desarrollo del PLANTE en sus diversas etapas. De hecho, existen indicios de que el plan será desarrollado unilateralmente por el Ministerio de Minas y Energía (MME) y organismos relacionados, utilizando metodologías preexistentes, y que solo tras consultar con algunos ministerios se presentará una versión casi definitiva al FONTE [5]. De mantenerse esta tendencia, será un ejemplo deficiente de transparencia y participación de la sociedad civil en el desarrollo de planes de transición energética.

Mientras el Plan Nacional de Transición Energética avanza lentamente, los anuncios del Ministerio de Minas y Energía van a contracorriente de iniciativas que carecen del respaldo de una planificación estratégica del sector energético, con transparencia y participación social, como: a) inversiones masivas en exploración petrolera en el margen ecuatorial, b) promesas de más inversiones en la decadente industria nuclear para expandir las actividades atómicas en el país, incluyendo pequeños reactores muy costosos que se instalarían en la Amazonia [7], y c) la construcción de una nueva gran central hidroeléctrica en la región amazónica, en la frontera del Estado de Rondônia con Bolivia [8], desconociendo lecciones de casos

---

[4] "La transición energética brasileña no llegará a la COP30" ClimaInfo, 27/08/2025

<https://climainfo.org.br/2025/08/27/a-transicao-energetica-brasileira-nao-vai-a-cop30/>

[5] Solicitud de acceso a la información: NUP 48003.004332/2025-26 (18/05/2025)

[6] "Plan energético apuesta por el retraso en la transición energética brasileña", 20/08/2025,

<https://umsoplaneta.globo.com/opiniao/colunas-e-blogs/gustavo-pinheiro/post/2025/08/plano-de-energia-aposta-no-atraso-da-transicao-energetica-brasileira.ghtml>; Véase también:

<https://petrobrasqueprecisamos.eco.br/>

[7] Rusia ofrece centrales nucleares flotantes para la Amazonía, Folha de São Paulo, 27/06/2025,

<https://pib.socioambiental.org/es/Not%C3%ADcias?id=230626>.

como las hidroeléctricas de Santo Antônio, Jirau y Belo Monte en cuanto a riesgos socioambientales, cuestiones de viabilidad económica y la necesidad de análisis comparativo de alternativas [9].

Mientras tanto, observamos con alarma que grandes proyectos de energía renovable , como los complejos eólicos y fotovoltaicos en el noreste, se han implementado con incentivos públicos [10], sin la debida consideración de los riesgos socioambientales, incluidos los impactos acumulativos y sinérgicos, la protección de los derechos de las comunidades locales y el análisis de alternativas [11]. Esto es otro síntoma de la ausencia de una política nacional de transición energética basada en la transparencia y la participación social —como se prevé en la Alianza para el Gobierno Abierto [12] – que priorice los derechos humanos y la sostenibilidad ambiental en la toma de decisiones.

En síntesis, es fundamental que la primera reunión del *Foro Nacional de Transición Energética - Fuente* se realice lo antes posible, asegurando que sea un espacio de participación efectiva de las organizaciones de la sociedad civil, incluso en la definición de la metodología de construcción del *Plan Nacional de Transición Energética - PLANTE*, en sus diversas etapas, y no un mero “avalador” de decisiones ya tomadas solo por ciertas instancias de gobierno.

---

[8] 'Silveira dice que está discutiendo con Lula la construcción de una nueva gran hidroeléctrica como Itaipú', O Globo, 22/08/2025 <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/08/22/silveira-diz-que-discute-com-lula-a-construcao-de-nova-grande-hidreletrica-como-a-itaipu.ghtml?>

[9] Ver: “El impacto de las represas hidroeléctricas en la Amazonia” Igor Cavallini Johansen et. al, Ciência Hoje , enero/febrero de 2025, <https://cienciahoje.org.br/artigo/o-impacto-das-hidreletricas-na-amazonia/>

[10] Véase, por ejemplo, “Sudene incentiva la energía eólica en Bahía con R\$ 8,6 millones del FDNE”, 22/05/2025 <https://www.gov.br/sudene/pt-br/assuntos/noticias/sudene-estimula-energia-eolica-na-bahia-com-r-8-6-milhoes-do-fdne>

Considerando lo anterior, solicitamos respetuosamente tenga a bien tomar en consideración estas preocupaciones y propuestas aquí presentadas, poniéndonos a su entera disposición para aunar esfuerzos en esta recta final de preparativos hacia la COP 30.

23 de septiembre de 2025

---

[11] Parques eólicos, derechos socioambientales y el papel de las instituciones financieras: el caso de Chapada do Araripe , Conectas Derechos Humanos, diciembre de 2023. <https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2023/12/o-caso-da-chapada-do-araripe-PT-ONLINE-versao-01-1.pdf> Para más información, consulte: <https://nordestepotencia.org.br/>.

[12] El Plan de Acción 2024-2027 de la Alianza para el Gobierno Abierto, coordinado por la CGU, incluye como tema prioritario (Compromiso 1): Instrumentos para mejorar la transparencia y la participación social en las políticas públicas de infraestructura. <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/6deg-plano-de-acao-brasileiro>.



**Saiba mais em [gt-infra.org.br](http://gt-infra.org.br)**  
**Learn more at [gt-infra.org.br](http://gt-infra.org.br)**  
**Más información en [gt-infra.org.br](http://gt-infra.org.br)**

